



ACÓRDÃO Nº 838/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11001/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Francisco Ribeiro Correa (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Fonte Boa.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4540/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Fonte Boa, referente ao exercício de 2016, tendo como responsável à época o **Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento da Notificação nº 003/2017-CIFB/DICERP/SECEX, desta Corte de Contas;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 23.056,18** (vinte e três mil, cinquenta e três reais e dezoito centavos),



ACÓRDÃO Nº 838/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pela ausência do recolhimento das contribuições previdenciárias, item 16, da fundamentação do Voto, nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos, no prazo de 30 dias, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Fonte Boa, ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelo ato de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, item 16, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, inciso I, "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por cada mês (janeiro, fevereiro, março, abril, novembro e dezembro/2016) em que foi entregue com atraso os balancetes mensais via Sistema E-Contas, perfazendo o valor total de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), item 7, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 838/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, inciso I, “c”, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM pelo semestre (2º semestre) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, item 9, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Ribeiro Correa**, Presidente da Câmara Municipal de Fonte Boa e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, das restrições, 12, 14, 17, 18 e 19 da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.8. Recomendar à Câmara Municipal de Fonte Boa que:**
- 10.8.1.** Faça gestão junto ao Poder Executivo Municipal, de forma documentada, para obter o valor relativo à Receita Corrente Líquida para a correta elaboração dos RGF, alertando o chefe do Poder Executivo que sua omissão ensejará penalização por parte desta Corte de Contas, **item 10**, da fundamentação do Voto;



ACÓRDÃO Nº 838/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.8.2.** Adote as providências administrativas necessárias, para identificar a responsabilidade de gestão dos valores descritos no **item 11**, da fundamentação do Voto, e efetuar a devida cobrança para ressarcimento aos cofres da câmara municipal, se pertinente;
- 10.8.3.** Observe os requisitos de tempestividade de atualização do portal da transparência, conforme preceitua a LC 131/09, **item 12**, da fundamentação do Voto;
- 10.8.4.** Organize os processos administrativos de forma a facilitar o atendimento de solicitações internas e externas, principalmente, para imprimir celeridade às inspeções do TCE, **item 13** da fundamentação do Voto;
- 10.8.5.** Adote as medidas administrativas e/ou judiciais, se cabíveis, para ressarcir aos cofres da Câmara Municipal, identificando os responsáveis, dos valores inscritos a título de Diversos Responsáveis, **item 14** da fundamentação do Voto;
- 10.8.6.** Mantenha atualizadas as pastas funcionais dos servidores, com registro de todas as movimentações ocorridas, em salvaguarda a possíveis demandas administrativas e/ou judiciais, **item 15** da fundamentação do Voto;
- 10.9. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que verifique se todas as pendências constantes do **item 14** da fundamentação do Voto, foram devidamente sanadas;
- 10.10. Determinar** o encaminhamento de cópia do Relatório Conclusivo nº 28/2019-DICERP para **Ministério da Previdência Social – MPS**.
- 11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 29 de Agosto de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral